

BARBUDOS, FEIOS E PERIGOSOS: O CONQUISTADOR PELO CONQUISTADO NA LITERATURA PARADIDÁTICA

GUSTAVO DOMINGUES RODRIGUES¹; JÉFERSON BARBOSA COSTA²; CLÉO
RODRIGUES DE ALMEIDA³; JOCAR JOSÉ LUNA DA SILVA⁴; LISIANE SIAS
MANKE⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – gustavo.historiaufpel@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – jeferson.b.costa@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – cleoalmeidalocutor@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – jocarjoseluna@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – lisianemanke@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A presente produção visa demonstrar o processo de criação e a posterior utilização, em sala de aula, do livro paradidático¹ *Histórias de Sepé*, que aborda a temática indígena. O projeto foi desenvolvido ao longo do segundo semestre de 2014, pelos acadêmicos Cléo Rodrigues de Almeida, Gustavo Domingues Rodrigues, Jéferson Barbosa Costa e Jocar José Luna da Silva, tendo sido uma das atividades propostas na disciplina de Laboratório de Ensino de História, pertencente à grade curricular do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e ministrada pelos Prof.^s Dr.^a Lisiane Sias Manke e Dr. Sebastião Peres.

A Lei 11.645, de 10 de março de 2008, alterou parte das diretrizes e bases da educação nacional, a fim de “incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena’” (BRASIL, 2008, p. 1). Na elaboração do plano de ensino da supracitada disciplina, houve a preocupação de aproximar os graduandos dessa problematização. Sabe-se que, embora a lei tenha sido implantada há 7 anos, há uma carência no que tange a produção de materiais (para)didáticos específicos a essas temáticas.

Pensando nisso, parte da avaliação da disciplina consistiu na criação de um capítulo de livro didático que deveria versar sobre a temática indígena ou afro-brasileira. Ocorre que, desde 1996, quanto o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) sistematizou o processo de avaliação dos livros didáticos adquiridos pelo Estado, a produção deste material passou necessariamente a observar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a legislação educacional em vigência. Nessa perspectiva, a atualização dos conteúdos por parte das editoras de livros didáticos tende a ser bastante rápida, pois há a necessidade de adequar uma mercadoria às necessidades mercadológicas. Isso faz com que, essas temáticas sejam tratadas, porém, em muitos casos, com superficialidade, como evidenciado no Guia do Livro Didático de História de 2013:

Observa-se que há uma preocupação em cumprir a legislação com relação aos povos indígenas, mas suas contribuições e participação na História do Brasil, em muitas obras, aparecem bem menos do que a dos brancos e negros. Ao longo do corpo do texto, os indígenas só são considerados, muitas vezes, no período colonial. É como se eles tivessem desaparecido, para só surgirem com a Constituição de 1988, ou seja, nos dias atuais. Assim, termina-se por reproduzir uma história tradicional segundo a qual os índios desaparecem com o processo de colonização. Ocorrem em determinados casos, igualmente, abordagens

¹ Conceito que será pormenorizado no decorrer do presente resumo.

generalistas que reforçam a ideia da homogeneidade cultural entre os indígenas, além de recorrerem a representações já bastante problematizadas, como a relação de respeito e preservação da natureza inerente aos indígenas, sem mencionar qualquer problematização dessa questão no texto didático. Não são tratadas com a devida atenção as lutas atuais desses povos, iniciadas a partir da constituição de 1988, seja pela manutenção das suas terras, seja para a preservação da cultura e pelo direito à educação. (BRASIL, 2013, p. 25)

Identificada esta lacuna, o grupo propôs uma substancial modificação na proposta inicial de avaliação da disciplina. Ao invés de escrever um capítulo de livro didático, optou-se pela criação de um livro paradidático que se dedicasse especificamente à temática indígena, já que há uma carência, inclusive de cunho quantitativo, em relação a produção de materiais paradidáticos que versem sobre esse tema. A fácil assimilação dos conteúdos trabalhados a partir de livros paradidáticos também foi fator determinante na escolha do grupo, tendo em vista que este tipo de material “apresenta-se com o objetivo de despertar nas pessoas o prazer de ler” (LAGUNA, 2001, p. 43). Além disso, havia da possibilidade do material didático produzido na disciplina ser experimentado no período de estágios supervisionados do curso de Licenciatura em História.

2. METODOLOGIA

O processo de criação do material foi dividido em quatro partes: pesquisa, escrita, desenvolvimento gráfico e de áudio.

No processo de pesquisa foi levado a cabo um levantamento bibliográfico de produções acerca do “descobrimento” e processo de colonização do território brasileiro, questões que não serão pormenorizadas neste resumo. Este primeiro momento também serviu para o grupo aprofundar seu conhecimento a respeito da produção de livros paradidáticos, conceituado desta forma pelo Dicionário Interativo da Educação Brasileira:

São livros e materiais que, sem serem propriamente didáticos, são utilizados para este fim. Os paradidáticos são considerados importantes porque podem utilizar aspectos mais lúdicos que os didáticos e, dessa forma, serem eficientes do ponto de vista pedagógico. Recebem esse nome porque são adotados de forma paralela aos materiais convencionais, sem substituir os didáticos. (MENEZES; SANTOS, 2015)

O processo de desenvolvimento da história e da escrita do livro deu-se de acordo com o aferido por parte da historiografia específica. Neste sentido buscou-se mediar o conflito étnico de modo a criar um discurso que descreva o processo, com toda violência ocorrida no mesmo, mas sem vitimizar o nativo e, por consequência, não desconsiderar o papel do mesmo na construção da identidade do povo brasileiro. A partir disto é possível, caso queira o professor, problematizar inclusive questões atuais que envolvam as comunidades indígenas.

O livro conta a história do pequeno Sepé, nativo brasileiro da tribo Tupinambá². A narrativa em primeira pessoa, possibilita que o leitor seja levado pela visão da personagem, que descreve o mundo a partir da sua visão enquanto criança e enquanto indígena, com uma linguagem simples e que revela-se inocente. Sepé, vivia tranquilamente em sua tribo, quando de repente vê seu mundo cercado por pessoas desconhecidas, que usavam roupas estranhas e

² Tribo indígena brasileira composta por cerca de 100.000 indivíduos que habitava as regiões costeiras dos atuais estados da Bahia e do Rio de Janeiro.

traziam objetos que refletiam a si mesmos. Boa parte da história é desenvolvida apenas com personagens indígenas; os eventos que mostram o choque cultural são retratados de forma a demonstrar estranhamento à cultura europeia quinhentista, fazendo com que o papel central da história permaneça ocupado pelos nativos.

Em uma produção (para)didática é substancial que a linguagem imagética dialogue permanentemente com a linguagem escrita. Neste sentido a diagramação do material foi pensada para acompanhar o desenvolvimento da história contada por Sepé, de forma que o *layout* das páginas acompanha o estado sentimental da personagem. Em momentos de inquietude as páginas ganham um tom lúgubre, ao passo que em situações amenas a personagem é envolvida por um colorido, peculiar ao cenário tropical, que atrai os olhares infantis. Esta proposta atende a interesses da equipe de produção e de leitores. Aos primeiros, pois relaciona imagem e texto, seguindo parâmetros convencionalmente adotados pelos profissionais da área de *design*, o que qualifica o trabalho desenvolvido por acadêmicos que não são estudiosos desta área. Aos leitores – neste caso especificamente o público infantil –, pois otimiza a leitura, quando estes, mesmo que de forma inconsciente, apropriam-se da história não só através do texto escrito, mas também por meio dos elementos gráficos que compõem cada página.

Ainda que os elementos gráficos sejam substancias, outra preocupação da produção é leva-la a alunos que muitas vezes não compõem o público-alvo de produções paradidáticas. Neste sentido foi desenvolvido, em paralelo ao livro tradicional, um *audio-book*, a fim de atender também crianças com deficiências visuais. Para esta última etapa, foi utilizado um estúdio de gravações e a colaboração de um narrador mirim para interpretar Sepé. A preocupação com a inclusão fez também com que o grupo esteja a procura de colaboradores para a produção de um vídeo animado que conte a história de Sepé utilizando a Língua Brasileira de Sinais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O livro foi trabalhado junto a uma turma de 7º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública do município de Capão do Leão (RS). Na oportunidade, foi solicitado aos alunos que dessem seguimento à história do pequeno Sepé. O principal objetivo dessa atividade foi realizar um exercício de reflexão dos alunos sobre o processo de colonização do Brasil por parte dos portugueses. Tal conteúdo havia sido trabalhado anteriormente e, entre os tópicos enfatizados, estava a resistência indígena e a morte de boa parte da população nativa, pelos diversos motivos conhecidos. Devido à grande aceitação do material por parte dos alunos, os mesmos afeiçãoaram-se ao personagem principal e, ao realizarem esta atividade, na grande maioria dos casos, o final da história foi marcado pela expulsão dos portugueses pela tribo de Sepé. Em alguns roteiros, todas as tribos se uniram e não houve nem mesmo conflito, devido a superioridade do exército indígena: os portugueses retornaram, em fuga, às suas naus. A inversão de papeis, garantida por esta atividade, foi fator essencial no resultado. Ao identificarem-se com um personagem nativo, e não com um invasor, os alunos puderam compreender, especialmente que o Brasil não foi descoberto, mas sim conquistado pelos portugueses.

Ainda dentro da proposta de reflexão, os alunos foram instigados a colocarem-se no lugar de Sepé, conforme o seguinte enunciando, presente no livro:

Se coloque no lugar de Sepé. Imagine um povo estranho desembarcando em sua cidade em um meio de transporte que você nunca viu na vida. Eles têm armas mais fortes e passam a obrigar você a agir da maneira que eles acham certo, fazendo você abandonar todos os costumes, inclusive sua religião! Além disso, passam a escravizar você, sua família e seus amigos [...] (ALMEIDA; COSTA; SILVA; RODRIGUES, s./d.).

Entende-se que atividades como essas contribuem para a construção de um pensamento crítico, pois fomentam a ideia de que não existem verdades unilaterais em relação aos eventos históricos. Ao fazer este exercício de reflexão, espera-se que os alunos sejam capazes de reconhecer, também em outros casos, essa mesma especificidade da disciplina: a História não deve ser analisada a partir de um único ponto de vista. Além disso, ao aproximar o alunado da cultura indígena, a partir da identificação dos mesmos com a personagem principal – uma criança, de faixa etária, relações e gostos semelhantes –, foi possível contribuir para a desconstrução de possíveis preconceitos relativos a questões atuais que envolvem as populações indígenas que habitam o Brasil.

4. CONCLUSÕES

A dinâmica utilizada, permitiu balizar a importância do uso qualificado de materiais (para)didáticos em sala de aula. Embora essa seja uma, entre as diversas possibilidades para o ensino da temática indígena, o atrativo gráfico e a linguagem informal com a qual o texto foi construído, constituíram o pano de fundo que despertou o interesse dos alunos. Após obter a atenção dos mesmos, o professor encontra maior facilidade em discutir com sutileza, conteúdos, *a priori*, complexos. Ademais, ao apropriar-se do tema, o aluno sente-se motivado a buscar novas informações acerca do objeto estudado, anexá-las ao seu conhecimento empírico e compartilhar sua nova interpretação, gerada ao longo desse processo, com a comunidade escolar e demais indivíduos de suas relações.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. R.; COSTA J. B.; SILVA, J. J.; RODRIGUES, G. D. **Histórias de Sepé**. S.n.t.

BRASIL. **Guia de Livros Didáticos PNLD 2013: História**. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Básica, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003...** Online. Acessado em 19 jun. 2015. Online. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

DIEB (Dicionário Interativo da Educação Brasileira). Verbete. **Paradidáticos**. Online. Acessado em 20 jul. 2015. Online. Disponível em:
<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=143>

LAGUNA, A. G. A contribuição do livro paradidático na formação do aluno-leitor. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, sv. n. 2, p. 43 – 52, 2001.